

Nem já, nem logo, nem lá longe

ANC p3

ALBERTO GOLDMAN

- 7 MAI 1987

FOLHA DE SÃO PAULO

As últimas semanas não foram propriamente felizes no que se refere à evolução do processo de transição democrática. Reconhecemos que a transição é por si só, um período complexo que, em não havendo normas consolidadas nas relações políticas, permite o aparecimento de posições ao alvitre dos acontecimentos e dos interesses de ocasião. Mas, o que se passou agora supera os limites do aceitável. Quando toda a nação deveria estar voltada para a elaboração da Constituição e unida para o enfrentamento da questão externa, colocada no centro da crise econômica pela decisão da moratória, assistimos a um debate sobre uma única questão — o mandato do presidente Sarney — de forma inoportuna, estéril, desvinculado dos interesses objetivos da maioria da população.

As opiniões sobre este tema variam de indivíduo para indivíduo, o que seria até natural, mas também variam de dia para dia, ao sabor de acontecimentos políticos e das dificuldades econômicas do momento. A opinião de cada um muda em função da escolha de tal ou qual ministro, da indicação de tal ou qual diretor de empresas, às vezes da admissão ou demissão de funcionários de uma repartição.

Estamos diante da tarefa cívica de elaboração do novo texto constitucional. Perante ela será que é decisivo para a nação a duração do mandato do atual presidente?

Não seria mais estratégico nos concentrarmos na elaboração de uma Carta Magna coerente, avançada, independente frente à conjuntura política, que seja capaz de permitir o crescimento econômico, a distribuição da riqueza e a consolidação da democracia?

A confusão que se instalou nestas últimas semanas, em função de algo que nos processos democráticos não foge à normalidade — a reforma ministerial — pode ter consequências altamente danosas.

A primeira é a substituição da importância do texto constitucional. No seu todo, o privilegiamento da questão do tempo do mandato do presidente, o deslocamento do já débil movimento popular das questões centrais para as de importância secundária e com isto facilitar a ação dos grandes interesses econômicos e dos setores da Constituinte que terão campo livre para nela agirem e determinarem finalmente o texto constitucional de acordo com seus interesses.

A segunda é permitir que os credores externos definam os rumos

das questões de nosso interesse. Explico: os credores externos podem facilitar ou endurecer o acordo sobre o pagamento de nossa dívida. Ora, se a nossa discussão sobre o mandato presidencial varia ao sabor das dificuldades econômicas, e estas têm relação com a solução da questão externa, estamos dando aos credores o poder de influir na definição do mandato presidencial. Isto é, eles endurecem, temos problemas econômicos sérios, o mandato encolhe. Se amolecem, resolvemos mais facilmente nossos problemas econômicos, o mandato espicha.

Em terceiro lugar, no regime presidencialista que vigora, nos primórdios da democracia em que vivemos, recém-saídos de um regime ditatorial de mais de vinte anos, criar um confronto entre o Congresso e o presidente é, senão chamamento à solução militar, pelo menos abrir caminho para a presidência civil que vá buscar respaldo nos setores militares para o cumprimento de suas funções constitucionais. Isto é regime civil sob tutela militar, uma variante da ditadura militar. E aí, não tenhamos dúvida, qualquer tentativa de soberania nacional e independência em relação aos interesses econômicos vai para o vinagre.

Resumindo, seria um crime deslo-

car os movimentos populares das questões fundamentais para as secundárias; seria insensatez dar aos credores externos um poder que eles não devem ter sobre as nossas questões internas; e seria estupidez dar ao estamento militar possibilidade de tutelar o governo civil.

Enfim é preciso aqui lançarmos um apelo às lideranças políticas de nosso país. Deixem em segundo plano as ambições naturais até que se defina uma Constituição coerente e democrática, até que se consiga superar as dificuldades em função da negociação de nossa dívida e até que se consolide o poder civil. A questão das eleições diretas não deve ser posta em termos de "já, logo ou lá longe".

Será quando a Constituição determinar, porque a soberania da Assembleia Nacional Constituinte é princípio básico para a consolidação do Estado democrático. Enquanto isso e após isso, cada um demonstre sua competência no lugar e na responsabilidade que assume. Aí sim coloquem-se perante o povo que saberá discernir quem foi, e quem é quem.

ALBERTO GOLDMAN, 48, engenheiro civil, é secretário Especial de Coordenação de Programas do governo do Estado de São Paulo; membro do PCB-SP, foi deputado federal.